

QUILOMBO-CAST

Edição 3

Conjuntura da semana | 22.02.2021

Primeira parte:

A POLÊMICA DO RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Desde o início da pandemia da Covid-19, e durante quase todo o ano de 2020, a maioria das escolas permaneceu fechada, migrando das atividades presenciais para o ensino remoto.

Essa opção, adotada por governos estaduais e municipais, contou com apoio significativo da população, que antevia nas aulas presenciais um risco elevado de contaminação para suas crianças, jovens e idosos.

Entretanto, nos últimos meses do ano passado, começaram movimentos pressionando pelo retorno às aulas presenciais.

Setores da classe média e o empresariado da educação passaram a questionar o ensino remoto e até mesmo o risco da contaminação das crianças e jovens.

Eles argumentam que o retorno das atividades presenciais tem ocorrido em diversos países e que estudos indicam que o risco de contaminação é reduzido, desde que com o estabelecimento de protocolos sanitários rigorosos.

E também afirmam que a população mais pobre é a mais prejudicada, pois não podem contar com as creches e escolas para deixarem seus filhos durante a jornada de trabalho.

Como resultado dessa pressão, diversas instâncias governamentais anunciaram datas para o início das atividades presenciais.

Embora com alguns adiamentos, em razão do aumento da pandemia no final de 2020 e início de 2021, no estado de São Paulo o retorno das aulas presenciais ocorreu nesse mês de fevereiro, o que desencadeou as greves dos Sindicatos que representam os trabalhadores da educação.

Assim, entidades sindicais como o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – Apeoesp, Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem) decretaram uma greve sanitária.

O que os sindicatos exigem é que o retorno presencial ocorra após a vacinação de toda população, argumentando que uma retomada precipitada colocará em risco as vidas da comunidade escolar em razão do aumento dos contágios. Além do absurdo de fazer isso justamente quando ocorreu o início do programa de imunização.

Como de costume, a mídia corporativa, cumprindo seu papel de arauto do capital, ecoa a opinião de “especialistas” destacando os prejuízos à aprendizagem causados pela ausência das atividades presenciais.

O que não destacam é que o pressuposto para aprendizagem é a existência da vida, que é justamente o que as entidades sindicais defendem.

Talvez seja importante lembrar que a vida é um direito fundamental expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Federal.

Assim, por mais que se anunciem adequações na estrutura física e nos horários para as aulas presenciais, não é possível ignorar os problemas observados nos países que fizeram esse retorno de forma precipitada e que tiveram que recuar por conta do aumento do contágio.

Esse fato pôde ser observado no Brasil, em alguns municípios que promoveram o retorno das aulas presenciais, resultando em consequências trágicas, como no caso da cidade de Manaus.

Longe de ser um argumento vazio, a preocupação com o aumento do contágio em razão do retorno das aulas presenciais pode ser justificada por um artigo recente, publicado na revista Lancet, que afirma que crianças e adolescentes apresentam maior propensão a infectar outras pessoas do que os grupos de idade mais avançada, aumentando a contaminação.

Na mesma linha, o diretor do Instituto Butantã, Dimas Covas, e grande parte dos especialistas em saúde, destacam os riscos das atividades presenciais para a comunidade escolar.

Além disso, houve um aumento alarmante de casos, com mais de 230 mil mortes oficiais e uma conduta desastrada e até mesmo irresponsável por parte das autoridades que planejam e executam ações de prevenção e combate da pandemia.

Nesse contexto, é um absurdo que as autoridades públicas realizem o retorno às aulas presenciais argumentando cnicamente que é justamente a população pobre que mais sofre com a ausência das atividades presenciais, justamente quando essas autoridades deveriam garantir a toda a população, condições materiais de preservação da vida.

Assim, exatamente quando temos a emergência de novas variantes do vírus, de maior transmissibilidade e possivelmente mais letais, é que se promove o retorno às atividades presenciais.

Na cidade de Salvador, a posição oficial da Prefeitura é de que neste momento de avanço da pandemia, com o aumento da ocupação de leitos de enfermaria e de UTI nos hospitais públicos e particulares não há a mínima condição para o retorno das aulas presenciais.

Inclusive foi decretado toque de recolher em quase 350 municípios do Estado da Bahia até a próxima sexta-feira, dia 26/02, incluindo sua capital Salvador.

Além disso, a posição da APLB-sindicato, entidade representativa dos trabalhadores em educação do Estado, é de que só deve haver aulas presenciais nas escolas públicas baianas quando os professores e funcionários escolares forem devidamente imunizados.

Dessa forma, a reforçamos a importância da defesa da vida das crianças, jovens, adultos e idosos, principalmente em um cenário de pandemia descontrolada.

Ainda mais nas escolas públicas, que não possuem salas amplas e ventiladas, nem equipes de limpeza suficientes para garantir os protocolos sanitário e por isso não estão em condições de receber alunos, professores e funcionários.

Milhares de profissionais da educação estão no grupo de risco e muitos foram infectados durante esse ano, por conta da omissão por parte das autoridades.

Infelizmente, o retorno no estado de São Paulo já apresenta números macabros, com 741 casos confirmados de covid-19 entre alunos, professores e funcionários e outros 1.133 suspeitos até o dia 18/02, de acordo com dados oficiais do Sistema de Informação e Monitoramento da Educação para a Covid-19 (Simed), divulgados pelo site da Rede Brasil Atual.

Entre as contaminações confirmadas, 456 ocorreram na rede estadual e 271, na rede particular.

Contudo, as providências são muito mais efetivas nas escolas particulares, que geralmente atendem aos estudantes da elite no estado, e não hesitam em suspender as aulas em razão de casos de infecção pela Covid-19.

Como ocorreu, na cidade de São Paulo, nos Colégios: Maria Imaculada, Castro Alves, Móbile, Santa Marcelina, São Luiz e Santa Cruz.

Em um cenário de caos sanitário e econômico, a Prefeitura de São Paulo ainda criou uma nova polêmica ao institucionalizar a contratação temporária de mães de alunos na atuação contra a pandemia por meio do Programa Operação Trabalho (POT) de Volta às Aulas.

As contratadas serão responsáveis por fiscalizar o cumprimento correto dos protocolos de prevenção à covid-19, como distanciamento social, uso correto da máscara, álcool gel, bem como higienização de ambientes escolares e aferição de temperatura.

A medida não prevê vínculo empregatício para as pessoas contratadas e, desse modo, não é uma garantia do cumprimento dos direitos trabalhistas, o que resulta em mais uma forma de precarização.

De forma contraditória, o programa foi aberto em um período de demissões de equipes de limpeza e ainda ignora a contratação de profissionais da educação.

Entre medidas de precarização trabalhista e estrutural, corrobora-se, cada vez mais, que um retorno às aulas sem vacinação dos profissionais da educação, reformas e criação de condições para o acesso à internet e a equipamentos de estudo é inviável.

A proteção à vida não deveria depender da classe social, apesar disso as escolas particulares não hesitam em suspender as atividades presenciais, quando se trata da proteção das crianças e jovens de sua comunidade escolar.

Nas escolas públicas, a implementação dessas atividades presenciais no ápice da pandemia, consolida mais uma vez a política de extermínio da população pobre, na qual a maioria é negra.

Assim, além do braço armado representado pela ação truculenta das polícias militares, que contribui para aumentar a letalidade à população negra, o Estado, ao ignorar o risco de contágio nas escolas públicas pode contribuir para ampliar o número de mortes dos profissionais da educação e da parcela mais pobre da população.

Fontes consultadas:

Revista Lancet: [https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099\(20\)30981-6/fulltext#seccesstitle130](https://www.thelancet.com/journals/laninf/article/PIIS1473-3099(20)30981-6/fulltext#seccesstitle130)

Rede Brasil Atual: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2021/02/escolas-covid-casos-volta-as-aulas-doria/>

Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/sp-maes-de-alunos-pode-se-inscrever-para-fiscalizar-protocolos-contracovid-19>

Coordenação Política Nacional da Rede Quilombação, 22 de fevereiro de 2021.

<https://soundcloud.com/quilombacao/volta-as-aulas-durante-a-pandemia-uma-decisao-absurda>